

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

A síndrome da bisbilhotice. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 14/09/2013	3
DNA incompleto. Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia. 15/09/2013.....	4
Análise: Serviços crescem menos do que o PIB. Alcides Leite – Folha de São Paulo, Mercado. 18/09/2013.....	6
Dilma diz que 851 km de BR-163 (MT) serão licitados em novembro. Pedro Fonseca e Leonardo Goy – O Globo, País. 19/09/2013	7
Mandante da morte de Dorothy Stang já cumpriu pena em regime fechado exigida por lei. Cleide Carvalho – O Globo, País. 20/09/2013	8
Mimetismos. Marina Silva – Folha de São Paulo, Colunistas. 20/09/2013	9
Fazendeiro é condenado a 30 anos pela morte de Dorothy Stang – Folha de São Paulo, Poder. 20/09/2013	10
A que(m) serve o Ministério da Agricultura? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 20/09/2013.....	12
Indústria de máquinas aposta no final de ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 20/09/2013	14
Tomate e batata são produzidos na mesma planta na Inglaterra – O Estado de São Paulo, Economia. 30/09/2013.....	15

A síndrome da bisbilhotice. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 14/09/2013

A prática de espionagem entre países é tão antiga quanto eles próprios. Desde o surgimento das nações, hostilidade e desconfiança, bem mais que bom-senso e simpatia, pautam o relacionamento entre os povos, mesmo entre os ditos aliados.

Apenas quando o comércio se faz presente e reafirma as vantagens de um intercâmbio continuado, propiciando a circulação de bens culturais e espirituais, é que esse quadro se transforma.

Quanto a isso, a literatura presente e pretérita, no Ocidente e no Oriente, é simplesmente inabarcável.

Todos se espionam -e todos condenam a espionagem. Um espião, flagrado, é submetido às piores penas vigentes. Não obstante essa censura moral, a humanidade não se cansa de aperfeiçoar os métodos que condena.

A mais antiga rede de informações organizada remonta ao século 16, sob Elizabeth 1ª, na Inglaterra. Era ainda uma iniciativa não oficial, embora com seu beneplácito. A primeira rede institucional foi criada na França, por Luís 14, no século 17.

No Brasil imperial, dom Pedro 1º criou o Serviço Nacional de Informações, "com vistas à Segurança Nacional de Defesa", que investigava possíveis insurreições nas províncias. O próprio Juscelino Kubitschek, ícone do governante democrático, não prescindiu desse serviço: criou o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (Scifi), o primeiro da República.

Hoje, todos os países dispõem de órgãos de inteligência (eufemismo de espionagem), que atuam nos âmbitos interno e externo, com maior ou menor alcance e eficácia, a depender de sua dimensão como potência. No Brasil, temos a Abin (Agência Brasileira de Inteligência); nos Estados Unidos, são três os órgãos principais: CIA (Central Intelligence Agency), FBI (Federal Bureau of Investigation) e NSA (National Security Agency); na Inglaterra, o SIS (Secret Intelligence Service).

E assim por diante.

Espionar, pois -goste-se ou não-, é a regra, não a exceção.

Os governos espionam-se uns aos outros e a seus cidadãos. Não fosse assim, a espionagem não teria sido estatizada há tanto tempo, conferindo a seus profissionais status qualificado.

O preâmbulo vem a propósito das recentes denúncias de que os Estados Unidos nos espionam. E espionam inclusive nossa presidente, estendendo seus interesses não apenas ao campo geoestratégico mas também ao comercial, com ações investigativas sobre a Petrobras.

É lamentável? Sem dúvida é mais: é intragável. Um absurdo! Mas qual é a surpresa? Tínhamos alguma dúvida a esse respeito? São apenas os Estados Unidos que nos espionam?

Nestes tempos de satélites e internet, a espionagem deixou até de ser privativa dos Estados. Temos a espionagem prêt-à-porter: canetas, óculos e até chaveiros com câmeras embutidas, sem falar em gravadores de longo alcance, que permitem captar com nitidez o som de uma conversa no prédio vizinho.

Trata-se de um mal desta época, cuja solução dependeria de algo que, obviamente, não está no horizonte: um compromisso recíproco dos países e cidadãos de não praticá-la. É como a velocidade no trânsito. As fábricas de automóvel exibem modelos cada vez mais velozes, associando-os a avanço tecnológico, enquanto a legislação determina que se abstenham de desfrutar desse recurso. Se não se pode usar, por que disponibilizá-los? É o mesmo paradoxo da espionagem.

No caso Brasil x Estados Unidos, cabe -é mesmo indispensável- protesto. Mas supor que fará cessar o problema é ingenuidade. Os países europeus alvos da mesma ação sabem disso. Sabem porque também espionam.

Nesse caso, o leitor perguntaria: se é assim -e é-, por que o protesto? Por uma razão simples: não podemos jamais perder de vista o imperativo ético, ainda que estejamos longe de ser dignos dele. Como diria o moralista francês do século 17 La Rochefoucauld, "a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude". É, lamentavelmente, o estágio civilizatório das nações. Pior que isso é o escracho de assumir o absurdo como natural. Não é, embora ainda configure a prática geral.

Sabemos que há homicídios, roubos, guerras. São práticas absurdas, primitivas, desumanas, mas que não conseguimos banir. O que podemos fazer fazemos: protestamos, enquanto a vida segue, em meio à curiosidade geral.

DNA incompleto. Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia. 15/09/2013

Por que os clássicos que se dedicaram a rastrear a origem e o destino do povo brasileiro, não encontraram aí o DNA do imigrante?

A leitura do último livro do sociólogo Fernando Henrique Cardoso - Pensadores que Inventaram o Brasil - é fascinante pela síntese, erudição, qualidade do texto e pela percepção acurada da história do pensamento dos brasileiros sobre si mesmos.

Mas Fernando Henrique não poderia avaliar o que os inventores do Brasil não inventaram. E ali estão Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Antonio Candido, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Raimundo Faoro. Paradoxalmente, nenhum deles leva em conta as contribuições do imigrante na formação do Brasil moderno.

Gilberto Freyre, no consagrado Casa Grande e Senzala, observa, de passagem, que "os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam". Ele se refere a franceses, alemães, holandeses e nórdicos. Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, quando contrasta a capacidade de adaptação do português com a dos demais europeus, nota que até "colonos de pura estirpe germânica" regrediram a métodos predatórios e dissipadores, mesmo em clima temperado. Mas não foi além. Os demais silenciam sobre a importância do imigrante na construção da riqueza e da cultura desta terra.

E, no entanto, o Brasil vem sendo plasmado pela herança genética e cultural deixada por sírios, libaneses, alemães, italianos, japoneses, espanhóis, poloneses e suíços que desembarcaram aqui a partir da segunda metade do século 19, inicialmente para substituir a mão de obra escrava (veja o gráfico).

A história da indústria, por exemplo, foi escrita pelos Matarazzos, pelos Gerdaus e milhares de outros. A economia do engenho de açúcar e da escravidão foi substituída pela usina de açúcar e de etanol e, no lugar dos senhores de engenho, encontramos cada vez mais capitães com sobrenomes italianos. Entre os campeões da soja, do algodão e do gado, sucedem-se descendentes de imigrantes. Os novos bandeirantes que vêm abrindo as fronteiras do agronegócio nacional são gaúchos, barrigas-verdes e paranaenses. Carregam no seu jeito de falar sotaques alemães, italianos e poloneses.

Sem toda essa gente, não dá para contar a história das artes plásticas, da arquitetura e da medicina no Brasil. O primeiro grande ídolo brasileiro do futebol chamava-se Friedenreich. Depois vieram Bauer, De Sordi, Bellini, Altafini, Dino Sani, Rivellino, Piazza, Taffarel... No automobilismo, Fittipaldi e Piquet foram campeões mundiais. Nas passarelas, a rainha é Bündchen.

Ah, a política... Dos 14 últimos presidentes da República do Brasil, 6 levam sobrenomes europeus: Kubitschek, Goulart, Medici, Geisel, Collor (aportuguesamento de Koeller) e Rouseff.

Os imigrantes contribuíram para a reorganização do trabalho. Inventaram o colonato. Desenvolveram nova ética do trabalho, que não se identifica com a protestante, baseada na doutrina paulina da Predestinação, de que nos fala Max Weber, mas mudou o jeito do brasileiro de encarar a vida, com suor no rosto, calos nas mãos e vontade de chegar lá, coisa que não existia por aqui.

Até mesmo o movimento sindical brasileiro tem dívidas com os imigrantes anarquistas espanhóis e italianos, que não se dedicaram aqui a demolir o Estado, como na Europa, mas a conquistar para nativos e forasteiros os direitos do trabalhador.

Por que os rastreadores da identidade do brasileiro só reconhecem a importância da contribuição do português, do índio e do negro e ignoram a do imigrante? Talvez porque a maioria deles escreveu e foi reconhecida ainda na década de 30, quando o Brasil estava em guerra com três dos principais países de onde provieram nossos imigrantes: Alemanha, Itália e Japão.

No entanto, mesmo para o professor Darcy Ribeiro, que lançou seu livro em 1995, o que conta para a constituição do Povo Brasileiro e para sua cultura são apenas elementos fornecidos pelo português, pelo índio e pelo negro. Não há lá traço de imigrante.

O Brasil mudou e vai sendo se reescrevendo, mas até agora não surgiu nenhum grande pensador que incorporasse às nossas raízes a contribuição à brasilidade proporcionada por essa gente que trocou tudo o que tinha - pátria, família, idioma, amizades, cultura, pertences - pelo sonho de refazer sua vida e reinventar o Brasil.

Análise: Serviços crescem menos do que o PIB. Alcides Leite – Folha de São Paulo, Mercado. 18/09/2013

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, a receita nominal dos serviços no Brasil cresceu 9% em julho de 2013 na comparação com o mesmo mês de 2012. Com o resultado, o avanço foi de 8,6% no acumulado do ano e 8,8% nos últimos 12 meses. Neste período, como a inflação oficial, medida pelo IPCA, foi de 6,3%, então a expansão real da receita do setor foi de 2,4%.

Os segmentos que mais se destacaram na pesquisa foram os serviços de alojamento e alimentação, com evolução de 13,7%, os de transportes aquaviários, com 21,6%, e transportes aéreos, com 19,4%. A maior movimentação turística ocorrida devido à Copa das Confederações, em junho, e à Jornada Mundial da Juventude, em julho, colaborou para isso.

Na análise regional, verificamos que os maiores aumentos ocorreram na região Centro-Oeste e em parte do Nordeste. Mato Grosso (23,5%), Tocantins (17,7%), Ceará (17,4%) e Bahia (16%) foram os Estados com melhor performance. O crescimento da renda familiar, devido aos bons resultados do agronegócio, contribuiu para o desempenho da região Centro-Oeste e o turismo pode ter impulsionado a atividade em estados como Ceará e Bahia.

Comparando a expansão real das vendas dos serviços no Brasil com a do PIB, que entre o segundo trimestre de 2012 e igual período de 2013 cresceu 3,3%, podemos verificar algo preocupante: o setor, que até o final do ano passado puxava o PIB para cima, começou a puxá-lo para baixo. Esta mudança deve ter ocorrido devido à alta dos preços ocorrida no setor, à estagnação da renda real das famílias e ao seu elevado comprometimento com as dívidas, sobretudo depois do aumento das taxas de juros.

As condições que influenciaram a redução do crescimento do setor de serviços, nos últimos meses, devem perdurar no restante de 2013 e nos primeiros meses de 2014. Entretanto, a Copa do Mundo, que ocorre em 12 capitais de todas as regiões do Brasil, pode ajudar a impulsioná-lo a partir de junho do ano que vem.

Dilma diz que 851 km de BR-163 (MT) serão licitados em novembro. Pedro Fonseca e Leonardo Goy – O Globo, País. 19/09/2013

Reuters

19 Set (Reuters) - A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta quinta-feira que o governo vai licitar em novembro 851 quilômetros da BR-163, rodovia de grande importância logística no escoamento da produção do agrícola na região de Mato Grosso.

"São 851 quilômetros que vão ser licitados ainda em novembro, e será uma licitação feita para duplicar esta rodovia em cinco anos, dando uma taxa de retorno para os acionistas, mas também um pedágio baixo", disse Dilma, em entrevista a rádios de Mato Grosso, durante visita a Rondonópolis para inaugurar trecho de 147 km da ferrovia Ferronorte, no trecho Alto Araguaia-Rondonópolis.

Segundo a presidente, a BR-163 tem uma importância logística no escoamento da produção de um dos centros produtores agrícolas e do agronegócio no Brasil.

"Qualquer grande investidor, qualquer um, e isso vai desde os chineses a todos os grandes bancos, qualquer um, olha essa região de Rondonópolis como um centro produtor de alimentos, como um dos maiores do mundo", disse Dilma.

O governo iniciou na quarta-feira o programa de licitações de infraestrutura logística, grande aposta para acelerar a economia do país, com a concessão de trecho da BR-050. No entanto, a concessão de trecho da BR-262, prevista para ocorrer também na quarta, foi inviabilizada por não receber propostas.

O fracasso na licitação da BR-262 levou o governo a realizar uma reavaliação das concessões e a redefinir o calendário. A BR-101 (Bahia), cuja licitação estava prevista para acontecer em 23 de outubro, foi para o fim da fila, por exemplo.

Outros trechos na fila de concessões rodoviárias incluem as BRs 060, 262 e 153 em Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais e os trechos mineiros das BRs 040 e 116. De acordo com o Ministério dos Transportes, ainda serão realizados neste ano mais quatro leilões com duas rodovias cada e outro isolado.

O governo federal prevê a concessão de nove trechos de rodovias, num total de 7 mil quilômetros de vias que receberão quase 52 bilhões de reais de investimento privado.

Dilma afirmou, na entrevista às rádios, que 336 quilômetros da BR-364 em Mato Grosso serão duplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de 1,6 bilhão de reais.

A presidente participa em Rondonópolis da inauguração do Projeto Expansão Malha Norte, que inclui a ferrovia Ferronorte, no trecho Alto Araguaia-Rondonópolis, e o Complexo Intermodal Rondonópolis. A ferrovia irá transportar milho, soja, farelo de soja, minério de ferro e cargas em contêineres de uma das regiões produtoras mais importantes do Centro-Oeste.

Mandante da morte de Dorothy Stang já cumpriu pena em regime fechado exigida por lei. Cleide Carvalho – O Globo, País. 20/09/2013

Condenado a 30 anos de prisão pela terceira vez, ele já cumpriu um sexto da pena e já usufrui de regime semiaberto

SÃO PAULO - Julgado pela quarta vez e condenado a 30 anos de prisão pela 2ª Vara do Tribunal de Júri de Belém por ter sido o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, ocorrida em fevereiro de 2005 em Anapu, no Pará, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, já não tem mais pena a cumprir. Preso desde abril de 2005, ele já usufrui o benefício do regime semiaberto - só dorme na prisão - por ter cumprido um sexto da pena. Na prática, ele ficou cinco anos preso. Além disso, os advogados poderão recorrer mais uma vez da sentença e pedir a realização de um quinto julgamento. Nos quatro julgamentos a que foi submetido até agora, o fazendeiro foi condenado três vezes e absolvido uma única vez.

- Fica uma sensação de que a lei não pune. Ao mesmo tempo em que a condenação de 30 anos passa uma imagem que se fez justiça, pela lei ele só precisa cumprir um sexto desta pena. Ou seja, cinco anos de prisão e já passou para o regime semiaberto. Num crime tão grave como este, os acusados ficaram pouco tempo atrás das grades e estão todos soltos - afirma José Batista, advogado da Comissão Pastoral da terra (CPT).

Batista afirmou que o fato de Bida ter sido submetido a quatro tribunais do júri é uma demonstração de ineficiência da Justiça brasileira, do desempenho ruim do Judiciário na punição.

-Mesmo que tenha sido julgado quatro vezes, ainda poderá tentar um quinto julgamento. É um absurdo, não conheço caso igual - afirma Batista.

Segundo o promotor do caso Edson Cardoso de Souza, não dá para dizer que houve impunidade, pois ele cumpriu o tempo de pena exigido pela Lei de Execuções Penais. Ele explica que na hipótese de Bida ser absolvido num quinto julgamento e ele for considerado definitivo, haveria ainda a possibilidade de o fazendeiro exigir indenização do Estado pelo tempo em que ficou preso.

O advogado da CPT afirma que de 800 mortes ocorridas no campo em quatro décadas, apenas 4% foram julgadas. Para ele, a violência no campo só diminuiu porque não há pressão dos movimentos sociais para a criação de assentamentos de reforma agrária, mas conflitos seguem ocorrendo.

- Antes tínhamos de 10 a 15 ocupações de terra por ano. Agora, uma ou duas. A pressão agora está sobre comunidades ribeirinhas, agricultores que vivem do extrativismo e indígenas, pois os madeireiros seguem avançando sobre áreas que estavam protegidas e os criadores de gado querem aumentar a produção ocupando mais terras. Temos ainda grandes obras, como projetos de mineração, hidrelétricas, hidrovias e ferrovias que atraem para o Pará milhares de migrantes pobres e sem qualificação - explica Batista.

Marjorie Marona, pesquisadora do Observatório da Justiça Brasileira (OJB) e do Centro de Estudos Sociais para a América Latina afirmou que a legislação penal e processual brasileira precisa se adequar a um novo contexto, para que fique em consonância com o anseio da população e da opinião pública.

- Não se trata de ampliar penas indiscriminadamente ou abrir mão de garantias fundamentais de defesa, mas de levar em conta que o Judiciário não consegue mais atuar devido a entraves processuais e isso afeta negativamente a sociedade - diz Marjorie.

A pesquisadora afirma que é preciso repensar a democratização da Justiça, mas essa mudança depende também de reformas a serem aprovadas no âmbito do Legislativo.

- No campo penal fica muito evidente essa necessidade. Isso contribui para um cenário de impunidade - afirma.

Mimetismos. Marina Silva – Folha de São Paulo, Colunistas. 20/09/2013

Os ruralistas, que representam um setor atrasado do agronegócio, tomam o controle de mais um espaço legislativo: a Comissão Especial da PEC 215, que transfere ao Congresso a demarcação de terras indígenas. Mais poder para quem já dirige as comissões de Agricultura, Desenvolvimento Urbano, Fiscalização Financeira, Integração Regional e Amazônia, além de ter presença e força nas outras. Vai, assim, o grupo mais ativo do Congresso fincando estacas em cada espaço e moldando a legislação aos seus interesses.

Na luta contra a ditadura, o Brasil projetou um futuro com justiça social que superasse a era Casa-Grande e Senzala. A Constituição de 1988 firmou princípios avançados: direito ao ambiente saudável, função social da propriedade, diversidade étnica e cultural. Estas seriam bases de novas políticas públicas numa nova relação entre povo e Estado.

Acuadas com a democracia nascente e a mudança da sociedade, as oligarquias encastelaram-se na política num movimento de obstrução: impediam ou atrasavam a regulamentação que levaria à legislação infraconstitucional as conquistas da lei maior.

Superando essa resistência, nasceram novas leis ambientais, unidades de conservação, quilombos, terras indígenas, assentamentos agrícolas e diversos modos de reforma agrária. Esse avanço lento, porém contínuo, foi possível pela mobilização popular e a contribuição de um partido político moldado na luta social, o PT.

Um velho ditado manda unir-se ao inimigo que não se pode vencer. A estratégia das oligarquias mudou, para eleger uma bancada cada vez maior e assumir o controle das comissões de temas sensíveis aos seus negócios, planejando não só deter o avanço socioambiental em novas leis, mas um retrocesso no que havia sido criado. Cresceram

sem evoluir: combatem direitos que também os protegem. Sem biodiversidade não há produtividade, sem paz no campo e na floresta não há segurança para os investimentos.

Esse é um desejo de regressão de quem não aceita limites, num mundo em crise que requer formas sustentáveis de desenvolvimento. Seria derrotado, mesmo com sua força econômica, mas achou apoio na fraqueza política que nasceu onde menos se esperava.

Sim, o PT mudou. Antes reivindicava poder para o povo e suas causas, agora vê nelas obstáculo para seu próprio poder. Dependente do combustível do poder, adaptou-se ao que antes combatia. Nesse obscuro tempo de pragmatismo, a Constituição é derrubada com uma "forcinha" de alguns dos que ajudaram a edificá-la.

O camaleão mimetiza-se no ambiente, para sobreviver. Acordos furta-cores também dão sobrevida a incertas pretensões políticas. Mas, com o uso, o disfarce vira pele, e é visto por 400 milhões de olhos.

Fazendeiro é condenado a 30 anos pela morte de Dorothy Stang – Folha de São Paulo, Poder. 20/09/2013

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi condenado no final da noite de quinta-feira (19) a 30 anos de prisão pela morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005. O advogado do réu disse que vai informar o Tribunal nesta sexta-feira que tem interesse em recorrer da decisão.

O julgamento de ontem foi o quarto pela mesma acusação. Nos três julgamentos anteriores, Bida foi absolvido uma vez e condenado duas vezes. No último, em 2010, Bida foi condenado a 30 anos de prisão, mas o STF (Supremo Tribunal Federal) anulou o julgamento em maio deste ano, sob o entendimento de que a defesa do fazendeiro havia sido cerceada.

A defesa de Bida investiu em dois elementos para tentar convencer o júri de sua inocência: o depoimento de um ex-policial federal que investigou a morte de Dorothy e um documento inédito que provaria que um delegado de polícia forneceu a arma do crime.

Bida era dono de um lote de terra em Anapu (a 766 km de Belém) visado por Dorothy para a criação de um assentamento.

Cinco pessoas são acusadas de participar do crime: além de Bida, Regivaldo Galvão, o Taradão, também foi condenado como mandante, mas foi solto por força de habeas corpus em 2012.

Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista foram condenados, respectivamente, como autor e coautor do homicídio. AmairFeijoli, o Tato, foi acusado de ser o intermediário entre os executores e os mandantes.

O JULGAMENTO

Em depoimento no julgamento, Bida negou ter pago R\$ 50 mil pela morte da missionária. Disse ter se surpreendido ao ouvir de Rayfran a confissão da morte. Outra testemunha da defesa, funcionária do fazendeiro à época, reforçou a versão.

Rayfran também depôs e inocentou Bida --disse ter sido coagido pela polícia à época do crime para apontar o fazendeiro como mandante.

Tato, condenado como intermediário no caso, reforçou a tese da inocência e disse não se lembrar do depoimento, em troca de delação premiada, em que afirmou que Bida e Taradão ofereceram R\$ 50 mil em troca da morte da missionária.

Francisco Cardoso dos Santos, amigo e vizinho de Dorothy, também testemunhou pela defesa e afirmou desconhecer atrito entre a missionária e Bida.

O depoimento considerado chave pelos advogados de Bida, do ex-agente da Polícia Federal Fernando Luiz Raiol, foi realizado ainda pela manhã. Raiol disse que participou das diligências que levaram à prisão de Rayfran e Clodoaldo nos dias seguintes à morte de Dorothy e que, tendo conversado com os pistoleiros, não ouviu menção a mandantes do crime.

Também pela manhã depuseram testemunhas arroladas pela Promotoria. A freira Roberta Lee Spires, conhecida como irmã Rebeca, falou das atividades desenvolvidas por Dorothy Stang com os PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável) e do impacto que causavam na região, marcada pelo conflito fundiário.

O delegado Waldir Freire, que presidiu o inquérito, reafirmou a validade das investigações policiais que apontaram Bida e Taradão como mandantes. O servidor do Incra Bruno Kenter falou sobre grilagem (apropriação ilegal) de terras na região e da militância de Dorothy pela desapropriação das áreas de conflito para a reforma agrária.

O promotor Edson Souza reafirmou que Dorothy foi morta em um crime encomendado por Bida e Taradão. "O que a defesa trouxe como fatos novos são, na verdade, dados inconsistentes que podem, inclusive, auxiliar em uma nova condenação", disse.

Os advogados de Bida se disseram confiantes na absolvição. "Os depoimentos mostram que houve uma operação para incriminar o Bida", afirmou o advogado Eduardo Imbiriba.

A previsão era que a sentença fosse divulgada na madrugada desta sexta-feira (20).

O CRIME

O assassinato de Dorothy Stang, de repercussão internacional, foi motivado por disputa de terras, segundo a acusação.

A missionária foi assassinada aos 73 anos em 12 de fevereiro de 2005, com seis tiros disparados à queima-roupa por Rayfran, que estava acompanhado por Clodoaldo.

O crime ocorreu em uma estrada de terra de Anapu (766 km de Belém) próxima a um lote pertencente a fazendeiros que Dorothy queria para transformar em assentamento rural.

Rayfran e Clodoaldo trabalhavam para Tato, que tinha um pedaço de terra naquele lote.

Tato comprou sua terra de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Este, por sua vez, comprou de Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão.

Os dois foram condenados como mandantes da morte, mas negam envolvimento com o crime.

Rayfran deixou o regime fechado neste ano, e cumpre prisão domiciliar. Tato cumpre pena em regime fechado, e Clodoaldo permanece foragido.

Bida está preso, e Taradão foi solto por um habeas corpus em agosto do ano passado.

A que(m) serve o Ministério da Agricultura? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 20/09/2013

Um retrato desolador da estrutura de uma pasta tomada por nomeações políticas e sem quadros técnicos qualificados para operar minimamente

Nas últimas décadas, com exceção do período em que Roberto Rodrigues foi ministro, no primeiro governo Lula, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem servido de afago a partidos políticos que fazem da fisiologia seu melhor viver.

Não são duradouras suas permanências no comando nem as dos escalões inferiores que levam com eles. Basta lembrar que tivemos 19 ministros em 20 anos.

Danos? Muitos. Numa atividade que depende de sistemas regulatórios ágeis e aparelhos eficazes de fiscalização, é imprescindível um alto conhecimento técnico.

É de se estranhar que ao crescente reconhecimento pela sociedade da agropecuária como vetor de desenvolvimento se dê uma moeda de troca de tão baixo valor.

Há pouco mais de um mês, mencionei nesta CartaCapital que os ministros lá empossados, em seus discursos invariavelmente prometem reformas de gestão que param na página nove. Levam João para a mesa de José e vice-versa.

Sem qualquer relação de causa e efeito, porque muito pequenos somos, fato é que logo no dia seguinte as folhas e telas cotidianas noticiaram decisão dos fiscais federais agropecuários de paralisarem suas atividades, em protesto contra a nomeação política para cargos importantes do ministério.

Exigiam também a realização de concursos públicos, pois o último ocorreu em 2007.

Junte-se a isso um desagradável corte de verbas que, no entanto, não impediu o ministro Antônio Andrade (PMDB-MG), empossado em março deste ano, contratar 92 cargos de confiança para a Pasta.

O jornal Valor Econômico, em matéria de 18 de setembro, informou que grande parte das indicações serve interesses do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), líder do partido na Câmara.

Ainda que interesses não fossem, mas apenas privilegiadíssima visão do potencial de trabalho de seus indicados, com a alegada falta de técnicos no ministério, um concurso faria o Brasil parecer mais uma República do que a Federação de Corporações que vivo apregoando.

Mas baixemos ao cotidiano em que vive a produção do celeiro mundial.

A Secretaria de Defesa Sanitária do MAPA trabalha ali ó com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é ligada ao ministério da Saúde. Uma defende, outra vigia; algumas vezes trocam de turno.

Tanto que se for necessário aprovar um defensivo contra pragas ou doenças vegetais, o interessado precisa falar com o defensor e o vigilante.

Com o quadro de 17 técnicos que tem hoje e ritmo de 11 processos analisados por ano, que é o histórico, a Anvisa levaria 117 anos para completar o trabalho que está em suas bancadas.

Está certo, e também errado, que muita empresa pede registros de seus produtos para usá-los como ativos intangíveis e inatingíveis, pois nunca serão comercializados.

Mas daí a ficar enfiando políticos em postos técnicos vai uma distância de talvez 117 anos até que a civilização vença a barbárie.

O estado de São Paulo é responsável por quase um terço do PIB e tem alta representatividade na agropecuária nacional.

O escritório regional do MAPA nesta capital, como se costuma escrever em contratos vários, fica na Rua Treze de Maio, o bairro Bexiga, de Adoniram Barbosa e das cantinas, no mesmo edifício onde antes estava o saudoso IBC, Instituto Brasileiro do Café.

Pois bem, se os prezados leitores precisarem de alguma informação sobre processos novos ou em andamento serão atendidos apenas das 14 às 17 horas, e sem agendamento. Que Mané hora marcada, coisa nenhuma.

E isso se os dois abnegados técnicos que lá atendem não tiverem saído para alguma viagem de inspeção.

Não deu? Volta no dia seguinte. Ainda não deu? Persistência é uma virtude até você virar um chato.

Que depois não se reclame se em seus protestos os fiscais agropecuários virarem Black Blocs.

Indústria de máquinas aposta no final de ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 20/09/2013

O pátio da indústria de máquinas agrícolas Case IH, de Sorocaba (SP), está lotado de colheitadeiras. O que pode parecer um problema é, na verdade, uma estratégia para este fim de ano.

O setor de máquinas agrícolas passa por um momento histórico. A ampliação da frota pelo produtor, devido ao recorde de produção de grãos e ao aumento de renda no campo, embala as vendas.

Acrescente-se a isso, o aumento na oferta de crédito a taxas de juro favoráveis, o clima pouco favorável nos Estados Unidos e a alta do dólar.

O resultado é que "2013 será um ponto fora da curva", diz César Di Luca, diretor comercial da empresa, cujas vendas serão recordes.

As vendas têm ritmo mais forte nos últimos meses do ano. De janeiro a agosto, a Case já vendeu 776 unidades, 62,3% mais do que em igual período de 2012.

O mercado está favorável e a empresa se preparou para isso, segundo Mirco Romagnoli, vice-presidente para a América Latina. O pátio está cheio, mas essas máquinas já foram praticamente todas comercializadas, segundo ele.

Mas 2013 vai deixar saudade à indústria de máquinas. Di Luca prevê um recuo em 2014. Mesmo assim, as vendas serão superiores à média dos últimos cinco anos.

Máquinas modernas e mais eficientes, além da necessidade de renovação da frota, vão dar ritmo à comercialização. Para o diretor comercial da Case, 50% dos tratores brasileiros têm mais de 20 anos. As colheitadeiras têm, em média, dez anos. A média nos Estados Unidos é de seis anos para as colheitadeiras.

Di Luca aposta, ainda, que a abertura de fronteiras agrícolas no país e a busca de maior produtividade vão manter as vendas.

As novas máquinas são maiores, mais eficientes e demandam menos mão de obra no campo, reduzindo custos.

Dados da Anfavea indicam que as vendas de colheitadeiras somam 4.992 unidades até agosto. A John Deere tem participação de 40% nessas vendas, seguida da New Holland (30%) e da Case (16%).

No setor de tratores, a comercialização atinge 44,9 mil unidades, com liderança de Massey Ferguson (24%), Valtra (22%), John Deere (21%) e New Holland (19%).

Tomate e batata são produzidos na mesma planta na Inglaterra – O Estado de São Paulo, Economia. 30/09/2013

Empresa de agronegócio garante que sabor melhorou na planta batizada de 'Tomtato', que no Brasil poderia se chamar 'Tontata' ou 'Batamate'

SÃO PAULO - A empresa agrícola britânica Thompson & Morgan desenvolveu uma planta híbrida que produz ao mesmo tempo batatas e tomates.

A experiência não é nova, mas é a primeira vez que pode funcionar em escala comercial.

A nova planta foi batizada na Inglaterra de TomTato, mistura das palavras em inglês 'tomatoes' e 'potatoes'. No Brasil poderia ser chamada de 'tomtata' ou 'batamate'.

Segundo reportagem da *BBC*, a empresa de agronegócio da cidade de Ipswich disse que as plantas híbridas não foram geneticamente modificadas.

O especialista Guy Barter, da Sociedade Real Horticultural, disse à *BBC* que está estudando a nova planta com "real interesse".

Ele disse que muitas dessas plantas - criadas por uma técnica conhecida como enxerto - já foram testadas antes, mas até hoje não haviam sido transformadas em um agronegócio rentável.

"Estamos analisando os resultados com interesse real, porque a Thompson & Morgan é uma empresa muito respeitável, e não descartamos que possa ser uma planta muito valiosa para eles", disse Barter.

Enxerto. O enxerto é um processo de combinação de duas plantas diferentes para criar uma única. O processo requer habilidade e prática, e é usado por agricultores brasileiros e também por jardineiros.

Pelo processo, é possível combinar as qualidades de uma planta de floração ou frutificação com as raízes de outra, que ofereça força e resistência.

A maioria das plantas precisa ser enxertada dentro de sua própria espécie - como batatas e tomates -, mas às vezes é possível cruzar espécies diferentes.

Paul Hansord, diretor da Thompson & Morgan, afirmou que os tomates da nova planta são mais saborosos que os tomates comuns.

"Tem sido muito difícil conseguir, porque a haste de tomate e a haste de batata têm que ser da mesma espessura no enxerto para funcionar", disse.

A empresa disse que as plantas duram uma safra e, quando os tomates estão prontos para a colheita, as batatas precisam ser desenterradas com as raízes.

Um produto similar, apelidado de "Batata Tom", foi lançado em centros de jardinagem na Nova Zelândia esta semana, informou a *BBC*.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa